

## **COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77-A, DE 2003**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003**

Suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo

**Autor:** Deputado Marcelo Castro

**Relator:** Deputado Vicente Cândido

### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Acatando sugestões de diversos integrantes desta Comissão Parlamentar durante a discussão da matéria, decidi, primeiramente, por retirar do substitutivo por mim apresentado o acréscimo do art. 86-A à Constituição Federal. Fui convencido da inconveniência da matéria, razão pela qual o aludido dispositivo não consta mais do meu voto.

No art. 17-A, § 4º, estou incorporando, ao final da redação desse dispositivo, a expressão “observados os termos da lei”, por entender que essa salvaguarda permitirá à legislação infraconstitucional trazer parâmetros à distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento da Democracia entre os candidatos de cada agremiação partidária.

Nos arts. 28 e 77 da Constituição Federal, propostos pelo art. 2º do substitutivo, estou trocando a expressão “no quarto domingo de outubro” para por em seu lugar: “no terceiro domingo a partir do primeiro turno”. Ainda, estamos trocando as datas de posse do Governador de nove de janeiro para seis de janeiro, de modo que restem as seguintes redações:

“Art. 28. A eleição do Governador de Estado, para mandato de quatro anos, será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no terceiro domingo a partir do primeiro turno, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seu antecessor, e a posse ocorrerá em seis de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....

Art. 77. A eleição do Presidente da República será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no terceiro domingo a partir do primeiro turno, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.”

No art. 29, II-A, III, estabelecemos a data da posse do Prefeito no dia seis de janeiro do ano subsequente ao de sua eleição, assim como previmos a data da posse do Presidente da República no dia sete de janeiro do ano subsequente ao de sua eleição.

Em síntese, considerando os fundamentos expostos no meu voto anterior e nesta complementação de voto, manifestamo-nos pela admissibilidade das emendas números 1 e 2 e, no mérito, pela rejeição da PEC n. 327/2017e da emenda n. 2 e pela aprovação da PEC n. 77/2003 e da emenda n. 1, nos termos do Substitutivo oferecido em anexo.

Sala da Comissão, em 9 de agosto de 2017.

Deputado Vicente Cândido  
Relator

## SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003

Altera os artigos 12, 14, 27, 28, 29, 32, 45, 46, 49, 51, 52, 56, 57, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 94, 95, 101, 102, 104, 111-A, 115, 121 e 123 da Constituição Federal e dá outras providências, com o objetivo de reformar as instituições político-eleitorais do País.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda à Constituição suprime as figuras do Vice-Presidente da República, dos Vice-Governadores e dos Vice-Prefeitos, modifica as datas de posse dos eleitos para cargos do Poder Executivo e Legislativo, altera as regras de suplência do cargo de Senador, adota o sistema eleitoral distrital misto nas eleições para Deputado Federal, Estadual e Distrital e Vereador nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores, adota o sistema eleitoral de lista preordenada nas eleições para Vereador nos Municípios de até duzentos mil eleitores, cria o Fundo Especial de Financiamento da Democracia, institui regras eleitorais transitórias para aplicação nas eleições de 2018 e 2020 e dispõe sobre duração dos mandatos dos membros dos Tribunais.

Art. 2º Os artigos 12, 14, 17-A, 27, 28, 29, 32, 45, 46, 49, 51, 52, 56, 57, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 94, 95, 101, 102, 104, 111-A, 115, 121 e 123 da Constituição Federal passam a vigorar com as alterações seguintes:

“Art. 12. (...)

.....

§ 3º (...):

I - de Presidente da República;

.....(NR)

.....  
 Art. 14. (...):  
 .....

§ 3º (...)  
 .....

VI – (...)

- a) trinta e cinco anos para Presidente da República e Senador;
  - b) trinta anos para Governador de Estado e do Distrito Federal;
  - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito e juiz de paz;
- .....

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido por período superior a seis meses no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

..... (NR)  
 .....

Art. 17-A. É instituído o Fundo Especial de Financiamento da Democracia, cujo objetivo é prover, aos partidos políticos, os recursos necessários ao custeio das campanhas eleitorais para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador e das campanhas para a realização dos plebiscitos e referendos.

§ 1º O Fundo Especial de Financiamento da Democracia será constituído por recursos provenientes de:

- I – dotações consignadas em lei orçamentária em anos eleitorais, correspondentes a 0,5% (cinco décimos por cento)

da receita corrente líquida apurada no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei;

II – arrecadação oriunda de doações e contribuições que lhe forem destinadas nos termos da legislação vigente;

III – rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades;

IV – outras fontes ou origens admitidas em lei.

§ 2º Os recursos que constituírem o Fundo Especial de Financiamento da Democracia serão destinados aos partidos políticos, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 3º A administração do Fundo Especial de Financiamento da Democracia compete ao Tribunal Superior Eleitoral, observadas as diretrizes e as normas por ele estabelecidas em ato próprio, inclusive quanto à forma de destinação de recursos aos partidos políticos e à prestação de contas relativas às despesas com campanhas eleitorais.

§ 4º No âmbito dos partidos políticos, caberá ao órgão de direção nacional, de acordo com os estatutos partidários, estabelecer os critérios de distribuição dos recursos trinta dias antes da data em que serão escolhidos os candidatos à eleição, observados os termos da lei.

.....  
Art. 27. (...)

.....  
§ 1º Os Deputados Estaduais serão eleitos para mandatos de quatro anos e tomarão posse em primeiro de fevereiro do ano subsequente ao da eleição, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença,

impedimentos e incorporação às Forças Armadas relativas aos Deputados Federais.

.....(NR)

Art. 28. A eleição do Governador de Estado, para mandato de quatro anos, será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no terceiro domingo a partir do primeiro turno, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seu antecessor, e a posse ocorrerá em seis de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....

§ 2º Os subsídios do Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (NR)

Art. 29. (...):

I - eleição do Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II – eleição do Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato do que deva suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

II-A – eleição dos Vereadores:

a) nos Municípios com mais de duzentos mil eleitores, pelas regras do art. 45;

b) de listas preordenadas nos Municípios com até duzentos mil eleitores;

III - posse do Prefeito em seis de janeiro do ano subseqüente ao de sua eleição e posse dos Vereadores em primeiro de fevereiro do ano subseqüente ao de sua eleição;

.....

V - subsídios do Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

..... (NR)

Art. 32. (...)

.....

§ 2º A eleição do Governador do Distrito Federal, observadas as regras do art. 77, e a dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

.....(NR)

.....

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal pelo sistema distrital misto proporcional, na forma da lei, observados os seguintes preceitos:

I - os eleitores disporão de dois votos, um em candidato registrado em distrito eleitoral, outro em lista partidária preordenada de candidatos;

II – o total de lugares destinados a cada partido no Estado, no Distrito Federal ou no Território será calculado com base nos votos destinados aos partidos, distribuindo-se as cadeiras pelo princípio da proporcionalidade;

III – parte dos representantes deverá ser eleita pelo princípio majoritário em distritos uninominais até, no máximo, a metade das cadeiras;

IV – será garantida a eleição dos representantes mais votados nos distritos, efetuando-se eventuais correções no total de lugares atribuídos aos partidos, vedado o acréscimo de lugares além do previsto na lei complementar a que se refere o § 1º;

V – os candidatos nos distritos eleitorais ou a outros cargos majoritários poderão figurar simultaneamente nas listas partidárias preordenadas.

.....

Art. 46. (...)

.....

§ 3º O suplente de Senador será o candidato a Deputado Federal que figurar na primeira colocação da lista preordenada do mesmo partido na circunscrição do titular do mandato. (NR)”

.....

Art. 49. (...):

.....

III - autorizar o Presidente da República a se ausentar do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

.....

VIII - fixar os subsídios do Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

.....(NR)

.....

Art. 51. (...):



I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República e os Ministros de Estado;

.....(NR)

Art. 52. (...):

I - processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

.....(NR)

.....

Art. 56. (...)

.....

§ 1º-A Em caso de renúncia ou perda de mandato de Senador, será realizada nova eleição para o cargo no primeiro pleito imediatamente subsequente, cabendo ao suplente a substituição do titular até a posse do candidato eleito.

§ 1º-B O mandato do Senador eleito nos termos do § 1º-A terá caráter suplementar e durará apenas até a data originalmente prevista como termo final do período de seu antecessor.

.....(NR)

.....

Art. 57. (...)

.....

§ 3º (...)

.....

III - receber o compromisso do Presidente da República;

.....

§ 6º (...):

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente da República;

.....(NR)

Art. 73. (...)

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados, para mandatos de dez anos, dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

.....(NR)

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição, mandatos dos membros e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

.....(NR)

Art. 77. A eleição do Presidente da República será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no terceiro domingo a partir do primeiro turno, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º (revogado)

.....(NR)

Art. 78. O Presidente da República tomará posse em sessão do Congresso Nacional no dia sete de janeiro do ano subsequente ao de sua eleição, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago. (NR)

.....

Art. 80. Em caso de impedimento temporário do Presidente da República, ou vacância do respectivo cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal. (NR)

Art. 81. Vagando o cargo de Presidente da República, será feita eleição noventa dias depois de aberta a vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância no último ano do período presidencial, a eleição para o cargo será feita pelo Congresso Nacional até trinta dias depois de aberta a vaga, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, o eleito deverá completar o período de seu antecessor.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos casos de vacância dos cargos de Governador e de Prefeito. (NR)

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em sete de janeiro do ano subsequente ao de sua eleição. (NR)

Art. 83. O Presidente da República não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo. (NR)

.....  
Art. 94. (...)

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá para nomeação um de seus integrantes, que exercerá mandato de dez anos. (NR)

Art. 95. (...):

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado ou do término do mandato nas hipóteses previstas nesta Constituição;

.....(NR)

Art. 101. (...)

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, para mandatos de dez anos, depois de aprovada a escolha por três quintos dos membros do Senado Federal. (NR)

Art. 102. (...)

.....  
b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

.....(NR)

Art. 104. (...)

Parágrafo único. (...):

.....

II - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94, para exercer mandatos de dez anos. (NR).

.....

Art. 111-A. (...):

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94, para exercer mandatos de dez anos;

.....(NR)

Art. 115. (...):

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94, para exercer mandatos de dez anos;

.....(NR)

.....

Art. 121. (...)

.....

§ 2º - Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por quatro anos, vedada a recondução para o quadriênio subsequente, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

.....(NR)

Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros, nomeados pelo Presidente da República para mandatos de dez anos, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

.....(NR)”

Art. 3º. Nas eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador, realizadas em 2018 e 2020, será empregado o sistema eleitoral proporcional de lista aberta para a escolha de todos esses cargos em disputa.

Art. 4º. Cada Senador eleito nas eleições de 2018 terá como suplente o candidato a Deputado Federal mais votado do mesmo partido ou coligação na circunscrição do titular do mandato.

Art. 5º. A Seção I do Capítulo II do Título IV da Constituição Federal passa a se denominar: “DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA”.

Art. 6º. As modificações promovidas nos artigos 94, parágrafo único, 101, parágrafo único, 104, parágrafo único, 111-A, inciso I, 115, inciso I, 121, § 2º e 123, *caput*, relativamente aos mandatos dos membros dos Tribunais aplicam-se apenas aos nomeados para vagas abertas após a entrada em vigor desta Emenda à Constituição.

Art. 7º. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 115. Para fins do disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as despesas autorizadas e pagas no âmbito do Fundo Especial de Financiamento da Democracia ficam excluídas da base de cálculo e dos limites estabelecidos para as despesas primárias da União.

Art. 116. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as despesas do Fundo Especial de Financiamento da Democracia não poderão ultrapassar, em anos eleitorais, o montante estabelecido no art. 17-A, § 1º, I, da Constituição, corrigido na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Art. 8º O Presidente da República e os Governadores de Estado e do Distrito Federal eleitos em 2018 tomarão posse em primeiro de janeiro de 2019 e seus mandatos durarão até a posse de seus sucessores, em 7 e 6 de janeiro de 2023, respectivamente.

Art. 9º. Os Prefeitos eleitos em 2020 tomarão posse em primeiro de janeiro de 2021 e seus mandatos durarão até a posse de seus sucessores em 6 de janeiro de 2025.

Art. 10. Os Deputados Estaduais e Distritais eleitos em 2018 e os Vereadores eleitos em 2020 tomarão posse nas datas fixadas nas respectivas legislações estaduais, distritais e municipais e seus mandatos durarão até a posse dos seus sucessores, em primeiro de fevereiro do ano subsequente ao das eleições desses últimos.

Art. 11. Em 2019, o Congresso Nacional regulamentará o sistema eleitoral distrital misto, previsto no art. 45 da Constituição Federal.

Art. 12. São revogados o § 3º do art. 46, o § 1º do art. 77, o art. 79, o inciso I do art. 89 e o inciso I do art. 91 da Constituição Federal.

Art. 13. Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em            de            de 2017

Deputado VICENTE CÂNDIDO  
Relator